

## Relações do Vestibular com o Sistema Educacional (2º grau)

Antônio Albuquerque Sousa Filho\*

As dificuldades e necessidades do ensino do 2º grau no sistema educativo brasileiro aparecem com estaque por ocasião de conhecimento público da performance dos alunos que tenham participado do vestibular, promovido por Instituições de Ensino Superior (IES), sendo geralmente manchetes nos jornais. Tal fato encontra-se ligado a frustrações existentes, principalmente quando os resultados afetam pessoas da chamada "classe média".

As notícias são quase sempre as mesmas a cada ano, tais como: o ensino de 2º grau não prepara bem seus concludentes; falta-lhe a qualidade, está defasado no espaço e no tempo; falhou em seus objetivos, entre outras.

Seria de bom alvitre perguntar-se nesta ocasião:

- de quem é a culpa?

- será um fenômeno relativo apenas ao 2º grau?

- e as universidades e/ou IES, como ficam nessa realidade?

Antes de tentarmos descobrir o "bode expiatório" da questão, devemos lembrar alguns elementos ou fatores desse mal-estar, tais como:

- (1) existe um relacionamento entre os diferentes níveis ou graus de qualquer sistema educacional;
- (2) o grau ou nível antecedente é ao mesmo tempo "causa e efeito" dos níveis subsequentes;
- (3) existem fatores *endógenos* e *exógenos* ao sistema educacional, contribuindo com maior ou menor intensidade nos resultados educacionais;
- (4) a reciprocidade deve existir de maneira constante e atuante entre os diferentes níveis educacionais.

\* Professor da Universidade Federal do Ceará

Colocados estes fatores de relacionamento, causa e efeito, influência de fatores endógenos e exógenos e da reciprocidade é que se deve analisar o fracasso do vestibular, hoje.

O diagnóstico educacional brasileiro evidencia que:

- o grande malogro da educação está situado na 1ª série do 1º grau, onde mais de 50% dos alunos ficam retidos;
- a seletividade se dá com maior intensidade no 1º grau (a cada 100 alunos que entram na 1ª série somente 17 concluem a 8ª série);
- a maioria dos professores leigos está no 1º grau, a par da péssima situação salarial (durante a recente seca no Nordeste, professores deixaram suas salas de aula para trabalhar nas frentes de trabalho);
- faltam equipamentos, instalações adequadas e material escolar para as escolas de 1º grau;
- existe um desnível entre as escolas públicas e particulares, e dentre as escolas públicas existem diferenciações significativas entre as situadas nos bairros de classe média e periferia das cidades; e entre estas e as situadas no meio rural.

Se adicionarmos que a maioria dos alunos das escolas de 1º grau, principalmente da rede pública, são pessoas vindas de famílias carentes, com insuficiências gritantes relativas à alimentação, saúde, aspectos afetivos, moradia e falta de estímulos para a busca do saber formal (que a escola oferece), conseqüentemente, estes fatores irão repercutir no 2º grau como causas e efeitos do baixo nível de aprendizagem.

Por outro lado, a realidade do 2º grau nos mostra que:

- existem poucas escolas de 2º grau, em face das necessidades existentes (3.000.000 de alunos matriculados);
- aproximadamente 50% dos alunos de 2º grau freqüentam cursos noturnos e a maioria destes trabalham durante o dia;
- dos alunos matriculados nas escolas noturnas 42,5% só podem estudar nos fins de semana e 26% estudam apenas nas vésperas das provas (doc. do MEC - O Ensino do 2º Grau - 1985);
- o rendimento médio da 1ª série do 2º grau é em torno de 50%;
- os recursos financeiros são inadequados às necessidades do 2º grau (vide Anexo I);
- 23% dos professores do 2º grau são leigos e percebem baixos salários;
- faltam equipamentos, instalações e material didático às escolas, principalmente às da rede pública;
- existem diferenças entre currículos, objetivos educacionais e filosofia de trabalho entre as escolas privadas e públicas.

As conseqüências da realidade do 2º grau traduzem-se nos resultados dos vestibulares. A maioria dos alunos que conseguem aprovação, de acordo com dados existentes na UFC (vestibulares de 83 e 85) e Fundação Cesgranrio (1984), são aqueles que:

- (1) estudaram em escolas particulares e/ou cursinhos;
- (2) freqüentam curso diurno;
- (3) ainda não trabalham;
- (4) são filhos de pais de classe média e alta, com nível educacional preponderantemente do 2º grau e superior;
- (5) apresentam condições adequadas relativas à renda familiar, habitação, saúde, estrutura familiar, estímulos ambientais (livros) etc;
- (6) têm em grande parte vivência urbana.

Logo, fica demonstrada a importância das relações de causa e efeito anteriormente citadas e dos fatos exógenos e endógenos, quando se quer verificar o porquê do processo do vestibular de hoje.

## AS TENTATIVAS DE MUDANÇA DO 2º GRAU

É comum dizer-se no Brasil que para mudar ou melhorar as condições existentes se faz necessário criar, modificar, alterar a legislação existente.

No caso específico do 2º grau, tivemos reformas em 1931 (Reforma Francisco Campos), a de 1942 (Reforma Gustavo Capanema), a lei 4.024/61 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB), a lei 5.692/71, a lei 7.014/82, documentos e resoluções do Conselho Federal de Educação (o Parecer 451/72 – que tratou de habilitações profissionais; o Parecer 52/74 – que sugeriu outras soluções para o 2º grau e o de número 76/75 – habilitações básicas) entre outros.

Estas reformas ora alteraram o número de anos, criaram modalidades (clássico e científico), ora modificaram o princípio da equivalência dos diferentes ramos do ensino médio, obrigatoriedade do ensino profissionalizante e, finalmente, a extinção desta obrigatoriedade.

Realizadas várias tentativas de mudança do 2º grau, evidenciou-se que alguns problemas ainda persistem, tais como:

- (1) necessidade de maiores dotações de recursos financeiros;
- (2) uma definição mais clara dos objetivos e fins do 2º grau (ensino propedêutico, terminal, preparação da cidadania consciente, preparação para o trabalho);
- (3) adequação do currículo do 2º grau aos seus reais objetivos, tendo sempre em consideração os elementos de formação do nível que o antecede, a realidade regional e de localização (urbana ou rural) da escola, e sua finalidade como formadora de pessoas que desejam construir logo suas vidas ou continuar seus estudos no nível subsequente (3º grau);
- (4) a necessidade de qualificação adequada de seu corpo docente, tendo em vista trabalhar com uma "clientela" diferenciada, dentro de uma nova filosofia de trabalho, criativa no uso dos recursos materiais e didáticos existentes;
- (5) ausência de material didático que sirva como suporte às condições da realidade escolar existente;
- (6) adequação salarial e de vida funcional aos professores responsáveis pelas disciplinas oferecidas no 2º grau.

Para tentar minimizar muitas das dificuldades acima enumeradas, o Ministério da Educação age através de linhas básicas que compreendem: a ampliação de oportunidades educacionais de escolarização no sistema oficial à população de 15 a 19 anos; melhoria da qualidade do ensino do 2º grau, elevando o nível de eficiência dos sistemas e de desempenho dos egressos do 2º grau e melhoria da qualidade do curso de formação de professores em nível de 2º grau (vide maiores detalhes no doc. MEC – "O ensino de 2º grau – 1985"). Tal esforço educacional demandará um certo tempo e continuidade na sua execução, para avaliar a segurança das suas propostas e atingimento dos seus objetivos.

## A CONTRIBUIÇÃO DAS I.E.S. PARA COM O 2º GRAU

A realidade do ensino de 3º grau vem novamente ser exposta pela Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior em seu relatório final (novembro 1985).

Neste relatório são assinalados como principais problemas do 3º grau:

- (a) Professores mal remunerados (idem para o 1º e 2º graus);
- (b) carência de equipamentos, laboratórios e bibliotecas (idem para os graus anteriores);
- (c) deficiências na formação dos alunos (idem para os demais graus);
- (d) discriminação social no acesso às universidades (idem no 2º grau, e no 1º grau é restrito a algumas regiões e localidades);
- (e) sistemas antidemocráticos de administração e escolha de quadros dirigentes (crítica válida para os demais graus);
- (f) crise financeira e pedagógica do ensino privado (válido no caso do ensino público ao nível de 1º e 2º graus);
- (g) excesso de controles burocráticos nas universidades públicas (válido também para o 1º e 2º graus);
- (h) pouca clareza na prevalência do sistema de mérito na seleção e promoção de professores (idem para os demais graus).

Os pontos acima indicados vêm mais uma vez confirmar que *causas e efeitos* existem entre os diferentes níveis educacionais.

Os cursos de pós-graduação (ao nível de mestrado e doutoramento) estão a reclamar do ensino de graduação da mesma forma que este o faz com relação ao nível de 2º e 1º graus, esquecendo todos do relacionamento e intercomplementariedade entre os diferentes níveis, dentro de

um só sistema educacional.

Vem então a pergunta: — que contribuição pode o ensino superior dar ao 1º e 2º graus?

Várias alternativas têm sido sugeridas e algumas colocadas em documentos oficiais do Ministério da Educação, Secretarias de Educação e Universidades; no entanto, poucas ações têm sido executadas. Podemos citar algumas possibilidades de contribuição efetiva do 3º grau para os graus anteriores, quais sejam:

- (1) formação adequada dos recursos humanos (professores, especialistas de diferentes níveis e administradores);
- (2) realização de estudos e pesquisas relativas a currículos, métodos de ensino, novas experiências educacionais e gerência educacional;
- (3) auxílio na produção de material didático (principalmente livros didáticos adequados aos conteúdos programáticos do 1º e 2º graus);
- (4) promoção de programas sistemáticos de avaliação nacional do ensino de 1º e 2º graus.

Deverão ser estabelecidas prioridades nas ações e uma distribuição entre diferentes I.E.S. na execução de determinadas tarefas, se for o caso. A necessidade da contribuição do 3º grau aparece com realce maior quanto ao vestibular, onde a soma de fatores de seus fracassos e as conseqüências dos seus resultados são analisados por educadores e pais de família.

## O VESTIBULAR: ALTERNATIVAS E SUGESTÕES RELATIVAS AO 2º GRAU

A finalidade deste seminário *Vestibular Hoje* é encontrar alternativas e sugestões relativas à referida questão.

Dadas as colocações anteriores apresentadas no presente documento, podemos verificar que medidas para sanar ou melhorar muitas das dificuldades no vestibular exigem certo tempo e outras fogem à esfera educacional (fatores exógenos).

Dentre as possíveis alternativas, temos que dividi-las entre aquelas imediatas, de *médio e longo prazos*.

Gostaríamos de sugerir as seguintes linhas de ação:

- (1) um levantamento detalhado e atualizado dos conteúdos programáticos ministrados pelas escolas de 2º grau (públicas e particulares), de modo a facilitar sua verificação no exame vestibular (medida imediata);
- (2) tentar equilibrar as oportunidades educacionais entre a rede pública e a rede privada, através do estabelecimento de cotas (50% para alunos das diferentes redes), de modo a estabelecer uma equidade social (medida imediata);
- (3) criar nas universidades públicas *cursos de nivelamento*, correspondentes ao 2º grau, junto às escolas públicas do 2º grau (inicialmente seriam selecionadas apenas algumas escolas), ou mesmo junto às dependências das universidades, através de uma seleção preliminar de um grupo de alunos do 2º grau de rede pública (medida imediata);
- (4) formar equipes de professores para usar meios de comunicação de massa (televisão, rádio e jornais) para a divulgação de informações programáticas dos diferentes conteúdos das várias disciplinas requeridas no vestibular para o conhecimento de um público maior, interessado na referida seleção (medida imediata);
- (5) promover seminários, debates e trabalhos de grupo e encontros entre dirigentes do corpo docente do 2º grau e a comissão do vestibular de cada I.E.S., de modo a trocar informações e orientações entre o 2º grau e o 3º grau (medida imediata);
- (6) revisão da formação dos docentes, especialistas e dirigentes do 2º grau, por parte das I.E.S., de modo a adequar referida formação a uma necessidade existente hoje e às expectativas futuras do papel do 2º grau no conteúdo educacional brasileiro (medida a médio prazo);
- (7) estabelecer pesquisas educacionais para estudar alternativas relativas a conteúdo, material didático, equipamento e instalações, gerência de recursos humanos, entre outros (médio e longo prazos);
- (8) produzir e testar material didático adequado à finalidade do 2º grau (médio e longo prazos);
- (9) *estabelecer colégios universitários* para desenvolver experiências e conhecimentos re-

- lativos ao 2º grau (médio e longo prazos);
- (10) manter revistas ou periódicos especializados, em linguagem adequada para divulgar orientações, discutir alternativas e descrever experiências bem sucedidas relativas à melhoria do 2º grau (médio e longo prazos);
  - (11) representação do corpo docente das I.E.S., junto aos Conselhos Estaduais e Federais de Educação, através de grupos de trabalho das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais de modo a influenciar nas políticas e programas relativos ao 2º grau (medida imediata e médio prazo, conforme o caso);
  - (12) montar esquema de coleta de dados relativos às experiências do vestibular e seus relacionamentos com 2º grau, entre as I.E.S. (medida imediata, médio e longo prazo).

As sugestões acima mencionadas devem ser debatidas e aperfeiçoadas de tal maneira que o seminário *Vestibular Hoje* alcance os seus objetivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, C. de M. e GUSSO, D. A. (s/d). *O ensino básico: necessidades, prioridades e dúvidas*. Brasília, CNRH/IPEA. Trabalho mimeografado.
- CHAGAS, V. (1982). *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus; antes, agora e depois?* 3ª ed. São Paulo, Saraiva.
- FUNDAÇÃO CESGRANRIO (1984). *Dados sócio-culturais dos candidatos ao vestibular 84*. Rio de Janeiro, 43 p.
- LOBO NETO, F. J. da S. et alii (1984). *A escola de 2º grau no Estado do Rio de Janeiro – ou quando a maioria não conta para a construção da cidade; relatório de pesquisa*. Enfoque técnico-pedagógico. Rio de Janeiro.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1985). Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. Coordenadoria de Ensino Regular de 2º grau. *O ensino de 2º grau*. Brasília, 26 p.
- . (1985) Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. *Uma política para a educação superior brasileira*; relatório final. Brasília, 141 p.
- . (1981) Secretaria de 1º e 2º Graus. *O compromisso da educação básica e as relações da SEPS com as unidades da Federação*. Brasília, 24 p.
- OLIVEIRA, C. A. S. de (1985). *A avaliação técnica ao longo do 2º grau e o acesso à universidade*. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio.
- RIBEIRO NETO, A. (1980). Acesso à universidade: seu significado e implicações. *Educação e Seleção* (1):9-26.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Núcleo de Processamento de Dados/Comissão Central do Vestibular. *Questionário Sócio-econômico dos Vestibulandos 82-1 e 85-1*.

## ANEXO I

Recursos/SEPS transferidos às Unidades da Federação de 1979 a 1984 (Cr\$ 1.000)

Anos	Total de Recursos	Destinados ao 2º Grau	%
1979	930.495	164.872	17,7
1980	3.862.904	227.078	5,9
1981	6.065.596	203.985	3,4
1982	27.914.665	4.125.239	14,9
1983	76.130.198	2.161.045	2,8
1984	282.156.090	5.386.400	1,9

FONTE: MEC-SEPS – O Ensino de 2º Grau, 1985.

